

A INDIVIDUALIDADE HUMANA EM MARX: UMA REVISÃO DE ESTUDOS SELECIONADOS À LUZ DA CRÍTICA ONTOLÓGICA

Betânia Moraes¹

Susana Jimenez²

RESUMO: O objetivo principal do artigo é expor um levantamento crítico-comentado da literatura produzida sobre a problemática da individualidade humana em Marx, no âmbito da tradição marxista brasileira, buscando aferir em que medida os estudos em foco denotam, pelo prisma da ontologia, o reconhecimento quanto à presença de uma elaboração devidamente rigorosa e suficiente sobre o complexo da individualidade em Marx. O artigo sublinha a relevância dos estudos assentados na crítica ontológica, conquanto estes apontariam, no legado marxiano, para o processo de determinação do universal sobre o singular. Indica, ainda, que o avanço da construção de uma teoria marxiana da individualidade requer a apreensão, na trilha aberta pelos estudos ontologicamente orientados, das determinações dos atos singulares dos indivíduos sobre a totalidade social.

Palavras-chave: Individualidade humana; Ontologia marxiana; Tradição marxista brasileira.

ABSTRACT: The main objective of the article is to outline a critical review of a selected literature focused upon the question of individuality in Marx, within the scope of Brazilian Marxist tradition. Taking an ontological standpoint, it assesses to what extent the authors reviewed recognize in Marx the presence of a sufficiently consistent theoretical elaboration about the human individuality complex. The article stresses the relevance of the investigations based upon the ontological critique, understanding that these studies point out the universal determination over the individual singularities. It indicates, moreover, that the construction of a Marxian theory of individuality should advance through the paths opened up by the ontological oriented studies, moving forward to take into account the determinations operated by the singular individual acts over the complex of social totality.

Keywords: Human individuality; Marxian ontology; Brazilian Marxist tradition.

O presente artigo expõe um levantamento crítico-comentado da literatura produzida sobre a problemática da individualidade humana em Marx, no âmbito da tradição marxista brasileira³, até o ano de 2005. O conjunto de pesquisas mapeadas

¹ Professora do Centro de Educação e Pesquisadora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário - IMO da Universidade Estadual do Ceará. Doutora em Educação. E-mail: betania.moraes@uol.com.br

² Professora do Centro de Educação e Diretora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário - IMO da Universidade Estadual do Ceará. Professora colaboradora do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. Pós-doutora em Educação. Email: susana_jimenez@uol.com.br

³ Não poderíamos deixar de fazer referência à existência de outros trabalhos na perspectiva do chamado marxismo ontológico, tais como: LESSA, Sérgio. *Sociabilidade e Individuação*. EDUFAL, Maceió, 1995 e COSTA, Gilmaisa Macedo da. *Trabalho, individualidade e Pessoa Humana*. Tese de Doutorado em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005, dentre outros. Tais estudos, diga-se de passagem, de grande envergadura e por demais importantes no entendimento do complexo da

através de consulta *online* à Biblioteca Nacional e ao portal da CAPES dispõe-se em forma de livros, capítulos de livros, artigos de revistas e dissertações de mestrado, perfazendo um total de doze trabalhos, os quais estão abaixo indicados na ordem em que os mesmos são tomados para análise ao longo do texto:

De Paulo Silveira, *Da alienação ao fetichismo – formas de subjetivação e de objetivação* (1989); de Isilda Campaner Palangana, *Individualidade: afirmação e negação na sociedade capitalista* (1998 - 1. ed. / 2002 - 2. ed.); de Isilda Campaner Palangana e Lucélia Yumi Inumar, *A individualidade no âmbito da sociedade industrial* (2001); de Fábio Sobral, *Concepção circular de homem em Marx: um estudo a partir dos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844* (2005), de Newton Duarte, *A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo* (1999), *O bezerro de ouro, o fetichismo da mercadoria e o fetichismo da individualidade* (2004a) e *A rendição pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade livre e universal* (2004b); de Valério Arcáry, *Controvérsias marxistas sobre o papel do indivíduo na história* (2002); de Paulo Tomaz Fleury Teixeira, *A individualidade humana na obra de juventude de Karl Marx* (1993) e *A individualidade humana na obra marxiana de 1843 a 1848* (1999); e, finalmente, de Antônio José Lopes Alves, *A individualidade moderna nos Grundrisse* (1999 e 2001).

Para a análise que pretendemos desenvolver, tomamos em consideração, três pontos de referência, a saber: o objeto específico de análise; as obras marxianas investigadas pelos diferentes autores; e, *last but not least*, o estatuto conferido à individualidade na obra de Marx nos textos em estudo.

Entendemos oportuno recuperar, de pronto, o fato de que o imperialismo gnosiológico, marcado pelo ecletismo e pluralismo metodológico, tem, em distintos graus, dominado a marxologia nos últimos decênios (CHASIN, 1995; TONET, 2004), e as consequências de tal fenômeno são por demais danosas para a empreitada revolucionária. Devemos, ainda, ressaltar que partilhamos da compreensão de que Marx apreendeu e sistematizou os princípios gerais para a inteligibilidade do real, instituindo, assim, contra todo o filosofar anterior, os fundamentos de uma ontologia do ser social. Portanto, a natureza da obra marxiana é completamente distinta daquela hipotetizada

individualidade humana, não integram o conjunto das produções aqui revisadas, uma vez que têm como temática, não propriamente a individualidade em Marx, tomando diretamente o tratamento da questão na obra *Ontologia do Ser Social* do marxista húngaro György Lukács.

com base no critério gnosiológico. Muito ao contrário, como bem explicitou Lukács (1981), a obra marxiana é a negação explícita do parâmetro suposto pelo epistemologismo na identificação da cientificidade.

É importante sublinhar, ao final deste intróito, que, ao apresentarmos a revisão bibliográfica aqui proposta, é nossa intenção delimitar nesta, a presença do legado marxiano, no sentido primordial de aferir o estatuto teórico conferido à individualidade humana na obra de Marx, buscando atestar, tentativamente, em que medida os estudos em foco denotam, pelo prisma da ontologia, o reconhecimento quanto à presença de uma elaboração devidamente rigorosa e suficiente sobre o complexo da individualidade em Marx, a partir de uma leitura imanente de seus textos.

No que se refere ao objeto específico de análise, as pesquisas buscam explicitar as múltiplas e dinâmicas determinações onto-históricas do complexo categorial da individualidade na obra de Karl Marx, nos chamados escritos de juventude aos *Grundrisse* (TEIXEIRA, 1993 e 1999; ALVES, 1999 e 2001); acompanham o movimento do pensamento de Marx da alienação ao fetichismo e sua determinação sobre a individualidade (SILVEIRA, 1989 e DUARTE, 1999, 2004a, 2004b); efetuam uma análise exploratória da individualidade na sociedade capitalista, investigando a possibilidade de constituição de um sujeito capaz de pensar e agir por si no interior das relações capitalistas (PALANGANA, 1998; PALANGANA e INUMAR, 2001). Um estudo problematiza, ainda, a partir do marxismo, o papel dos sujeitos políticos coletivos e das lideranças individuais na luta de classes que conformam as grandes revoluções políticas e sociais (ARCARY, 2002); enquanto, outro tem o ser humano como tema principal, tentando, no entanto, demonstrar, especificamente, que o fundamento que sustenta toda a análise dos Manuscritos Econômico-Filosóficos é uma alegada concepção circular de homem (SOBRAL, 2005).

Do ponto de vista das obras marxianas investigadas pelos diferentes autores, encontramos desde aquelas que priorizaram os textos chamados de juventude, elaborados entre 1843 e 1848 (TEIXEIRA, 1993, 1999 e SOBRAL, 2005), àquelas que focaram a análise nos *Grundrisse* (DUARTE, 1999; ALVES, 1999 e 2001); bem como, estudos que se referenciam no legado marxiano em geral, inclusive na obra última, *O Capital*, privilegiando o *Capítulo I - A Mercadoria*, particularmente, o item quatro que discute *O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo* (SILVEIRA, 1989; PALANGANA, 1998; PALANGANA e INUMAR, 2001; DUARTE, 2004a e 2004b). Tomando-se em conta esse critério classificatório, constitui exceção o texto de Arcary

(2002), uma vez que, em sua argumentação, o autor se apóia em Marx, junto a Lenin, utilizando, no entanto, como referência bibliográfica central, a obra de George Plekhanov (1977) *O papel do indivíduo na história*, bem como excertos da produção de Leon Trotsky (1982), *História da revolução russa*, Isaac Deutscher (1984) *Trotsky, o profeta banido* e George Novack (1989) *Para compreender la história*.

Referindo-nos mais propriamente ao estatuto teórico conferido à individualidade humana na obra de Marx, iniciemos por registrar aqueles estudos que, na indicação de alguns elementos do que se poderia denominar uma teoria marxista da individualidade, apontam para a necessidade de articular as elaborações de Marx com aquelas desenvolvidas no âmbito de outras correntes teóricas, no primeiro caso, da teoria psicanalista, como se observa nos trabalhos de Silveira (1989) e Palangana (1998).

Silveira recupera o movimento do pensamento de Marx, da alienação ao fetichismo, juntamente com suas determinações sobre a individualidade, para então sublinhar alguns elementos que poderiam configurar uma teoria marxista da subjetividade. Em linhas gerais, o estudo do autor indica que, sob a racionalidade do capital, impera a irredutibilidade do fetichismo da mercadoria às formas de consciência. Dizendo de outro modo, a sujeição ao fetichismo envolve os indivíduos tanto externamente, nos diferentes papéis sociais que marcam a sociabilidade capitalista, quanto internamente, na sua própria estruturação psíquica. Tratar-se-ia, no caso, de uma interioridade cindida, moldada entre a coisa e a *pessoa* e, em tal cisão, no pólo da *pessoa*, encontrar-se-ia o germe da subversão desse sujeitamento. Suas últimas considerações articulam o grau de internalização do fetichismo da mercadoria às formas de consciência, de modo que acaba por situar ao nível do inconsciente o conflito interno entre sujeição advinda do fetichismo e tendência do indivíduo de determinar-se como sujeito.

Em suma, o esforço empreendido por Silveira consubstancia-se em apostar na fecundidade da articulação entre a teoria marxista e a teoria psicanalista - cujos pressupostos e fundamentos teóricos são, conforme nosso entendimento, radicalmente distintos. Afirma o autor textualmente: “[...] a própria articulação entre a teoria marxista e a teoria psicanalista poderia resultar numa contribuição efetiva, inserida mesma em uma das dimensões da luta ideológica de classes.” (SILVEIRA, 1989, p. 76).

Palangana, por sua vez, em seu livro *Individualidade: afirmação e negação na sociedade capitalista*, no capítulo II - *Do projeto que absolutiza à prática que relativiza a individualidade*, para tomarmos como exemplo, discute a *consciência individual* cuja

análise dá-se *sob o signo do princípio da realidade*, isto é, à luz da teoria de Freud. Apela, pois às categorias psicanalíticas de pulsões, instintos, Id, Ego, inconsciente, sublimação e repressão para explicar a gênese da razão. Assim, para a autora: “[...] Coagido pelo instinto de vida, como foi dito, e regulado pelas relações sociais de produção, o homem supera sua simples condição de animal, convertendo-se num Ego organizado. O ser humano desenvolve, assim, a função da razão” (PALANGANA, 2002, p. 80).

Entendemos que ambos os autores, Silveira e Palangana, ao recorrerem aos pressupostos da psicanálise, cujo fundamento primeiro para o entendimento do homem - grosso modo, a sexualidade - é radicalmente distinto daquele inaugurado por Marx - o trabalho como ato ontológico-primário do ser social revelando ser o indivíduo essencialmente ativo por um imperativo ontológico-prático - sobrepõe as lições da psicanálise ao estatuto ontológico da análise marxiana.

Outra questão problemática presente em Palangana (1998) e Palangana e Inumar (2001) refere-se ao fato de que, no âmbito desses estudos, Marx é situado como um dos clássicos da sociedade moderna, ao lado, por exemplo, de Kant e Hegel, que também teriam se debruçado sobre a problemática do indivíduo. Não se ocupam as autoras, todavia, em demarcar as distinções fundamentais que se interpõem entre as elaborações teóricas oferecidas à humanidade pelos citados clássicos, tampouco, o salto de caráter onto-epistemológico operado por Marx quanto ao trato com o real. Ademais, as autoras localizam nos teóricos da Escola de Frankfurt, especialmente em Marcuse, Adorno e Horkheimer, “as notáveis referências” (PALANGANA, 2002, p. 11), ou, “os elementos valiosíssimos à compreensão do real que cerca e define a individualidade” (PALANGANA, 2002, p. 12) na contemporaneidade. Nesse aspecto, vale ressaltarmos, é enfática Palangana (2002, p. 12): “Donde se infere que qualquer pretensão de continuidade nessas explorações [sobre a individualidade] passa necessariamente pelos ensinamentos destes teóricos e neles se enriquece”. Em poucas palavras, as estudiosas se apropriam de algumas indicações marxianas sobre o modo de produção capitalista, mas para o entendimento da individualidade que se produz nessa forma societária apoiam-se, sobremaneira, nos teóricos da Escola de Frankfurt.

A pesquisa *Concepção circular de homem em Marx: um estudo a partir dos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, de autoria de Sobral (2005), conforme esclarece o próprio autor, “[...] busca compreender o fundamento da análise de Marx

sobre o ser humano, discutindo “[...] os *Manuscritos* a partir deles mesmos.” (SOBRAL, 2005, p. 17).

Sucintamente falando, Sobral (2005, p. 11) extrai dos *Manuscritos* a compreensão de homem, enquanto “um ser humano que é autocriação, não simplesmente individual, mas também autocriação genérica, de uma natureza humana criada conscientemente, que pode pensar a espécie como seu próprio ser”, sob o fundamento de que “Uma circularidade inerente perpassa toda a análise: a da relação homem-homem” (SOBRAL, p.135). A referida circularidade constituir-se-ia, portanto, o fio que costura a obra de 1844.

Examinemos, nos termos postos pelo autor, o que este denomina de *o fundamento circular*:

[...] o pressuposto que sustenta toda a análise nos *Manuscritos* é uma *circularidade produtiva*. O fundamento, que permite a Marx criticar a sociedade da alienação e estabelecer uma alternativa, é circular, de *uma análise que se volta sobre si mesma para avançar* (SOBRAL, 2005, p. 135, grifos nossos).

A circularidade utilizada já está expressa na análise da alienação; *uma alienação que é essencialmente do homem em relação ao homem*. A alienação remete ao próprio homem. Uma alienação que se expressa em quatro níveis: o da alienação de si, o da alienação em relação ao objeto; o da alienação em relação ao outro e o da alienação em relação à vida genérica. Nos quatro patamares o homem se defronta consigo. *Uma circularidade inerente perpassa toda a análise: a da relação homem-homem. Não um elemento externo que venha justificar a alienação; a alienação é do próprio homem* (SOBRAL, 2005, p. 135-136, grifos nossos).

Não precisamos nos delongar mais para apontar, pelo prisma da ontologia marxiana que aqui nos serve de fundamento, o núcleo do equívoco da argumentação defendida por Sobral: o autor extrai dos *Manuscritos* que a determinação essencial do ser homem é a relação homem-homem, uma natureza humana criada conscientemente. Embora a relação com seu gênero, efetivada no intercâmbio que os homens realizam entre si, seja uma determinação essencial do processo de tornar-se homem do homem e a consciência, em seus processos superiores, presente apenas no ser social, há que se perguntar pela gênese do homem, da consciência e da relação homem-homem. Noutros termos, o autor não toma como premissa a determinação ontológica que, segundo Marx, inaugura o salto dos homens do mundo animal, qual seja: o trabalho, ou sua atividade vital, cuja essência revela-se em seu caráter consciente livre, expressão utilizada por Marx no próprio texto analisado pelo autor.

Marx (2004, p. 84) é claro: “a vida produtiva é /.../ vida engendradora de vida”. O homem constitui-se um ser radicalmente distinto daqueles presentes na esfera biológica pelo caráter próprio à sua atividade vital, uma atividade consciente livre. A exteriorização de sua substância humana, de sua vida, só pode efetivar-se em objetos reais, sensíveis. Conforme esclarece o filósofo alemão, “Nem objetiva nem subjetivamente está a natureza imediatamente presente ao ser humano de modo adequado [a história humana tem como ato gênese sua atividade consciente livre] “e que, portanto, como ato de nascimento acompanhado de consciência é ato de nascimento que se supera” (MARX, 2004, p.128).

Apesar de correta a afirmação de que Marx revela a essência humana enquanto “um ser humano que é autocriação, não simplesmente individual, mas também autocriação genérica”, o argumento da circularidade como a determinação que fundamenta a análise de Marx sobre o ser humano revela uma formulação abstrata: encontra-se pressuposta na circularidade, o homem como uma essência não-objetiva.

Essa problemática se apresenta explícita ao afirmar o autor que o princípio circular está pressuposto na teoria da alienação: “A alienação nos revela o princípio não explicitado de Marx: o princípio circular” (SOBRAL, 2005, p. 136). O autor advoga não haver “um elemento externo que venha justificar a alienação; a alienação é a do próprio homem; uma alienação que é essencialmente do homem em relação ao homem”. Em outras palavras:

A alienação [*Entfremdung*] exprime-se como auto-alienação humana, o que demonstra a essência circular do pensamento de Marx. A alienação [*Entfremdung*] não pode ser compreendida externamente, nem pode encontrar a sua solução a partir de um fator exterior. (SOBRAL, 2005, p. 137).

Ora, nos *Manuscritos*, muito pelo contrário da leitura de Sobral, Marx desenvolve toda a análise no capítulo do *Trabalho Alienado* [*Entfremdung*] sob o pressuposto de que a alienação do homem tem uma base material: o modo como efetiva seu trabalho.

Portanto, a alienação de si, dos outros, de sua vida genérica tem sua raiz no modo como os homens efetivam sua vida, qual seja, realiza-se sob o imperativo de um poder estranho e independente do produtor, enfim, como uma atividade estranha que não pertence a ele.

Na verdade, o fundamento circular ancorado na relação homem-homem tal como advoga Sobral (2005) remete, a rigor, a uma leitura hegeliana e não marxiana da alienação [*Entfremdung*] e, por consentâneo, da essência da obra analisada. Reportemo-nos ao último capítulo dos *Manuscritos*, no qual Marx (2004, p. 125), procede a *Crítica da dialética e da filosofia hegelianas em geral*:

A essência humana, o homem, refere-se para Hegel = consciência-de-si. Todo estranhamento da essência humana nada mais é do que estranhamento da consciência-de-si. O estranhamento da consciência-de-si não vale como expressão - expressão que se reflete no saber e no pensar - do estranhamento efetivo da essência humana. O estranhamento efetivo, que se manifesta como [estranhamento] real, não é, pelo contrário, segundo sua mais íntima essência oculta - primeiramente trazida à luz por intermédio da filosofia - nada mais do que a manifestação do estranhamento da essência humana efetiva, da consciência-de-si. A ciência que conceitua isto se chama, por conseguinte, Fenomenologia. Toda reapropriação da essência objetiva estranhada aparece, então, como uma incorporação na consciência-de-si; o homem apoderado de sua essência é apenas a consciência-de-si apoderada da essência objetiva. O retorno do objeto ao si é, portanto, a reapropriação do objeto.

Tomando como alicerce uma formulação abstrata que se sobrepõe à objetividade do ente em estudo, a argumentação do autor configura-se como uma leitura idealista, radicalmente imprecisa, em relação a Marx.

As publicações de Duarte, por seu turno, traduzem o esforço sistemático empreendido pelo autor para a construção de uma teoria histórico-social da formação do indivíduo, presente em sua primeira pesquisa sobre o tema *A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico social da formação do indivíduo* (1999), bem como para a elaboração da crítica em torno da rendição pós-moderna à individualidade alienada [*Entfremdung*], a partir da perspectiva marxista da individualidade livre e universal, objetos de análise do livro *Fetichismo da Individualidade* (2004) organizado pelo autor.

É importante destacar que, embora Duarte (1999) se apoie nos escritos de Marx, não toma como análise a obra de Marx por ela mesma, ou seja, o estudo imanente do legado marxiano. Assim é que, por exemplo, no decorrer da obra supracitada, analisa, o caráter ao mesmo tempo humanizador e alienante com que se tem efetivado a objetivação e a apropriação do ser do homem, fundamentalmente, a partir da obra de Markus (1974), *Marxismo y "Antropologia"*.

A opção pelo referido texto, que, apesar de redigido quando do envolvimento de Markus com a perspectiva marxiana/lukacsiana, na condição de membro da chamada Escola de Budapeste, da qual depois se torna dissidente, sobrepõe-se aos próprios escritos do filósofo alemão.

No último capítulo, *A individualidade para-si*, Duarte discorre sobre as transformações da individualidade humana ao longo do processo histórico. Como deixa subentendido o título do livro, essa última parte da pesquisa traduz o núcleo central da análise. O autor converge todo o esforço analítico em extrair de Marx, dos Manuscritos Econômico-Filosóficos e dos Grundrisse, as possibilidades máximas de objetivação da individualidade livre e universal, nas condições da sociedade atual. Para tanto, articula à análise das citadas obras marxianas, as contribuições de Heller (1977, 1978, 1980, 1982, 1989), em meio, ainda, a uma citação de Fehér (1972), ambos alunos e dissidentes da Escola de Budapeste; e a uma referência pontual ao próprio Lukács (1982).

Os dois artigos de autoria de Duarte (2004) presentes no livro *Fetichismo da individualidade*, sob sua organização, configuram sua última produção sobre a temática. O texto *O bezerro de ouro, o fetichismo da mercadoria e o fetichismo da individualidade* compõe a introdução do livro. Nesta, o autor declara como propósito central da obra, “a construção de uma teoria marxista da individualidade e a crítica a várias formas de fetichismo da individualidade existentes atualmente” (DUARTE, 2004a, p. 13). Seu estudo *A rendição pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade livre e universal* toma a direção acima indicada.

Ao discorrer sobre *A concepção marxista da individualidade livre e universal*, Duarte (2004b) apresenta tal conceito, utilizando como aporte as seguintes obras de Marx: *A Questão Judaica*, *Os Manuscritos Econômico-Filosóficos* e *os Grundrisse*. É interessante registrar que, não obstante a apreciação sobre a individualidade livre e universal guarde os mesmos pressupostos daquela presente na discussão da individualidade para-si, nesse último estudo, o autor fundamenta sua análise muito mais direta e intencionalmente em Marx, sem deixar, contudo, de se referenciar, em alguma medida, em Markus (1974), Heller (1984) e, ainda, em Mészáros (1995).

Em resumo, melhor dizendo, em brevíssimo resumo, Duarte (2004b, p. 239) demarca que “A sociedade capitalista cria as condições prévias para a existência da individualidade livre e universal, mas o faz por meio de um processo social extremamente alienante”. Nesse solo, a explicitação do conteúdo humano manifesta-se

num completo esvaziamento, uma vez que, embora o capitalismo crie as condições para o desenvolvimento livre e universal, impossível nas formas de organizações comunais, frustra esse desenvolvimento ao subjugar os seres humanos ao poder do capital.

Conclui o autor seu traçado analítico recuperando em Marx que

[...] o socialismo deve substituir a riqueza e a pobreza existentes na sociedade capitalista pela pessoa rica em necessidades humanas, isto é, pela individualidade cuja plena realização e desenvolvimento necessitam de expressão da vida humana em sua totalidade. (DUARTE, 2004b, p. 241).

Se observarmos atentamente o trajeto dos estudos de Duarte sobre a problemática da individualidade, identificamos que o autor parte do objetivo de contribuir com *a construção de uma teoria histórico-social da formação do indivíduo*, presente em sua primeira pesquisa realizada em 1992, e chega em 2004 à frente da organização de um livro que guarda como objetivo, conforme acima citado, “*a construção de uma teoria marxista da individualidade e a crítica a várias formas de fetichismo da individualidade existentes atualmente*”, de modo que nos parece lícito apreciar que o autor vem fundamentando cada vez mais sua análise diretamente no próprio Marx, sem, contudo, é oportuno reafirmarmos, dispensar as contribuições de outros teóricos, em articulação com a análise das citadas obras marxianas.

A pesquisa de Arcary (2002, p. 36), como o título já sugere, analisa as *Controvérsias marxistas sobre o papel do indivíduo na História*. Fundamenta-se na premissa marxiana de que:

[...] as forças motrizes do processo histórico seriam, em última instância, duas tendências que se desenvolvem de forma simultânea e indivisível. A *tendência ao crescimento das forças produtivas e, inseparavelmente, as lutas de classes operam como fatores de impulso tanto de preservação quanto, mais importante, da mudança econômica, social, política e cultural*.

Embora o autor tome como referência as lições marxianas sobre o papel dos sujeitos políticos coletivos e das lideranças individuais na História, as quais ressaltam o papel das grandes massas anônimas, as classes sociais em luta, e, simetricamente, diminuem o papel dos grandes personagens, seu texto não traz precisamente uma discussão sobre a individualidade na obra de Marx. Deriva-se, contudo, de sua pesquisa,

a atenção à questão da luta de classes e sua imprescindível relação com a individualidade humana em seu devir.

Reconhecida a riqueza de elementos exibida no conjunto das produções brasileiras sobre a problemática da individualidade pautadas na mescla de textos de Marx e de teóricos de inspiração marxista ou não marxista e, ainda, para além dos limites e controvérsias pontuais que tentativamente conseguimos aqui assinalar, merecem destaque duas pesquisas desenvolvidas, respectivamente, por Teixeira (1993, 1999) e Alves (1999, 2001). Tais estudos advogam na obra de Marx a pertença de uma teoria da individualidade humana, partindo de uma leitura imanente das obras que imediatamente antecedem *O Capital*, a saber, os *Grundrisse* e as chamadas obras de juventude produzidas entre 1843 e 1848. Fazem-no, ainda mais, na direção ontológica, buscando elucidar as bases ontológicas da individualidade humana, seu processo histórico de individuação, bem como, aferir seu devir a partir das determinações elucidadas.

O estudo sobre *A individualidade humana na obra de juventude de Karl Marx*, de Paulo Tomaz Fleury Teixeira, consigna a dissertação de mestrado do autor, defendida em 1993, sob a orientação do Professor José Chasin.

Conforme anuncia o autor, seu trabalho “procura explicitar as múltiplas e dinâmicas determinações do complexo categorial da individualidade na obra de juventude de Karl Marx, através de uma leitura imanente das obras produzidas entre 1843 e 1848” (TEIXEIRA, 1993, s/p). Os textos dessa época compreendem desde *Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* até o *Manifesto Comunista*.

Encontram-se indicadas na bibliografia geral apresentada pelo autor, 46 obras de Marx, comparecendo, nesse registro, não só os chamados manuscritos de juventude, mas também os *Grundrisse* e o próprio *O Capital*. Assinala o estudioso que a leitura dos *Grundrisse* foi realizada “como parâmetro para avaliar a evolução posterior do autor, nos certificando assim, dentro do possível, de que realmente encontramos aqueles nódulos categoriais e formulações teóricas que embasaram o seu desenvolvimento teórico” (TEIXEIRA, 1993, p. 02).

A esse respeito, sustenta que não há uma ruptura no interior da obra de Marx, entre os escritos de juventude e de maturidade: “pelo contrário, encontramos sua evolução norteadas por um grupo de preocupações e posições teóricas que persistem,

desde quando inicia as suas formulações mais próprias, até os seus últimos trabalhos” (TEIXEIRA, 1993, p. 02).

De princípio, o autor esclarece que “A individualidade humana na obra de Marx só pode ser captada como complexo categorial ontológico” (TEIXEIRA, 1993, p. 03), ressaltando a relevância da obra de Lukács *Ontologia do Ser Social* para sua pesquisa, uma vez que esta teria possibilitado uma compreensão mais precisa dos trabalhos de Marx (Cf. TEIXEIRA, 1993, p. 03).

Assevera, ainda, que o indivíduo é considerado por Marx “em sua existência objetiva e histórica, como um ser realmente existente; em sua interação com os demais, a qual conforma uma determinada existência social, ao mesmo tempo é por esta determinada” (TEIXEIRA, 1993, p. 03).

Teixeira (1993, p. 04, sublinhados e grifos em negrito no original), ancorado nos textos marxianos de juventude, define em três as bases inelimináveis da existência e da processualidade humana: “*a origem natural e a estrutura orgânica*, com seus atributos e carecimentos; *a atividade produtiva consciente*, que rompe os limites da organicidade ao criar os próprios meios de produção; *o caráter essencialmente genérico do homem*, cuja individualidade é produto da existência social”.

O primeiro pressuposto ontológico ineliminável da existência e da história humana é a *estrutura corpórea dos homens* e as condições de natureza exterior, com a qual se relacionam. Esse pressuposto ontológico é válido também para o restante dos seres vivos e como todos os seres orgânicos o homem está em constante intercâmbio vital com a natureza que o circunda.

O estudioso recupera, em Marx, que o ser humano é fruto de uma processualidade histórica auto-constitutiva, cuja origem encontra-se na sua própria atividade vital, “O homem surge como uma nova forma de ser, um novo complexo ontológico: o ser genérico, consciente e livre, a partir das transformações que sua atividade promove nas condições originárias de existência” (TEIXEIRA, 1993, p. 20).

No entanto, somente como *atividade genérica*, pela interatividade inerente à atividade social, a atividade vital “torna-se um processo autocriativo e o homem inicia a sua própria história, diferente da história natural” (TEIXEIRA, 1993, p. 22).

O excerto a seguir reproduz com a devida ênfase o núcleo central de seu argumento:

Podemos concluir, pois, que Marx reconhece e afirma categoricamente a prioridade ontológica da reprodução material na totalidade social, todo o âmbito da objetivação dos indivíduos, todas as suas relações efetivas, seja com a natureza, com os demais homens ou consigo mesmos, são condicionadas pelo desenvolvimento prático material da sociedade em que vivem. Tanto material quanto espiritualmente a forma de existência humana é condicionada por seu intercâmbio com a natureza; tanto a sobrevivência física quanto as mais elevadas produções espirituais são dependentes (embora em graus diversos) da atividade prático material do gênero. (TEIXEIRA, 1993, p. 36).

O autor passa, então, a discutir a determinação social das individualidades abordando, em primeiro lugar, as categorias sociais diretamente vinculadas à produção material: *divisão do trabalho e classes sociais*, examinando a forma como essa divisão se apresenta nas formações mais complexas do desenvolvimento das forças produtivas e o consequente impacto desses complexos na determinação das existências individuais; em seguida, discute *o Estado como mediação particularizadora na determinação social das individualidades*, sob o entendimento de que uma sociedade organizada com base na divisão do trabalho e no antagonismo de classe necessariamente compreende uma estrutura de poder organizada sob a forma de Estado, na qual este tem uma função ordenadora e coativa sobre as individualidades em sua atividade e inter-relações; examina as formulações de Marx a respeito da determinação social dos complexos categoriais pertinentes à subjetividade, *a determinação social da espiritualidade – o exemplo da religião*, tratando-as como determinações histórico-sociais em suas implicações no que toca à escolha entre alternativas realizadas pelos indivíduos e à projeção de um devir; e, completando o traçado analítico sobre os diversos complexos categoriais na determinação social das individualidades discute o *estranhamento na relação indivíduo-gênero*, compreendendo a relação estranhada do indivíduo com o gênero como característica de um estágio ainda precário e insuficiente de desenvolvimento com sérias implicações no processo de humanização do homem.

Analisando, no rastro de Marx, a determinação social das individualidades, sublinha Teixeira que o processo de produção cria as condições de possibilidade para a efetivação de qualquer forma de existência genérico-individual, determinando seus limites objetivos, ao mesmo tempo em que condiciona a forma de sociabilidade, as relações e existências individuais, e, também, necessariamente, as formas de consciência e os produtos espirituais.

Para além de qualquer acusação em Marx de determinismo econômico, de redução da dinâmica social à determinação do processo produtivo de forma unilateral, o autor assevera que Marx, ao postular a determinação recíproca entre os distintos complexos fundamentais – força produtiva, relação de produção, formas de consciência - está ciente da complexidade desta dinâmica e da inter-relação constitutiva da totalidade social.

No capítulo que encerra seu texto, o autor pretende demonstrar que, conforme Marx, “no extremo deste conjunto de determinações particularizantes, constitutivas da determinação social das individualidades, os próprios indivíduos manifestam a condição de última mediação, isto é, aparecem como mediadores na determinação de si” (TEIXEIRA, 1993, p. 10).

Teixeira (1993, p. 216), constata que a omissão por parte das interpretações do pensamento marxiano das categorias essenciais da atividade e da existência humanas desveladas por Marx torna impossível “a compreensão do devir humano por ela vislumbrado como linha de tendência essencial inscrita na lógica do processo histórico humano”.

A rigor, toda sua investigação está amparada na premissa marxiana de que só

/.../ o entendimento das determinações ontológicas do ser social revela o movimento de auto-produção e sua tendência essencial na dinâmica instaurada a partir das características próprias do trabalho. Essas mesmas características do trabalho projetam o indivíduo ativo em face de sua própria existência e, portanto, em face da sociedade em que vive e que o determina, /.../ (TEIXEIRA, 1993, p. 216).

Portanto,

O indivíduo é ativo face a sua existência, como o é em sua própria atividade, que toma como objeto de proposição teleológica e de crítica prática, conforme suas capacidades desenvolvidas; desde as formas mais rústicas de existência e consciência humanas, desde a forma primitiva de instinto inconsciente, até a forma racional de práxis revolucionária (TEIXEIRA, 1993, p. 11).

Se Marx estiver correto, argumenta Teixeira, há uma “tendência à humanização imanente à processualidade autoconstitutiva humana”, ou seja, “os indivíduos humanos, devido à lógica que rege a processualidade histórico-social, *tendem* a adquirir progressivamente mais, no curso das gerações, uma posição ativa, consciente e

determinante face a sua existência individual e genérica” (TEIXEIRA, 1993, p. 55-56, grifos nossos).

Destaca, então, como características essenciais do processo de humanização do homem: a ampliação do domínio consciente dos indivíduos sobre os meios para sua realização; a associação dos indivíduos; a superação da divisão social do trabalho caracterizado pela reapropriação por parte dos indivíduos associados de suas potências sociais e, conseqüentemente, a reconstituição da comunidade humana real; um imenso desenvolvimento das forças produtivas, submetidas ao controle consciente dos indivíduos associados; o dever genérico do homem cuja ampliação da liberdade individual tem como contrapartida, absolutamente necessária, o desenvolvimento da sociabilidade propriamente humana.

Arrematando a síntese necessariamente precária que pudemos aqui esboçar sobre as formulações do autor, é oportuno destacar ser possível depreender-se de suas reflexões, que só na comunidade humana real a construção da liberdade individual, positiva e objetiva, é possível. Pois na sociabilidade do capital instaura-se uma concepção de liberdade absoluta e meramente negativa porque ideal, falsa. Nela, os indivíduos se imaginam livres, uma liberdade fantasiosa abstraída da realidade objetiva, pois é imperativo dos ditames da liberdade pequeno-burguesa a aceitação e adequação subjetiva às condições postas.

Já a liberdade em sentido positivo se expressa como efetivação das potencialidades humanas, superação dos limites que se tornam obstáculo ao processo auto-constitutivo humano e o conseqüente desenvolvimento do poder objetivo, consciente e ativo, dos indivíduos sobre as condições materiais e espirituais de sua existência individual e genérica.

A individualidade moderna nos Grundrisse (2001), de Antônio José Lopes Alves integra o Tomo IV - Dossiê Marx - do primeiro número da Revista *Ensaio Ad Hominem*, cuja substância do texto resulta, como no caso de Teixeira, da dissertação de mestrado do autor (1999), também realizada sob a orientação do Professor José Chasin. Conforme Alves (2001), sua pesquisa tem como objeto “expor as principais determinações que caracterizam, segundo Marx, a individualidade humana na modernidade” (ALVES, 2001, p. 255), entendendo que tais determinações “inauguram um novo patamar no processo infinito de autoconstituição do ser social, um momento de inflexão importante na rota da individuação humana” (ALVES, 2001, p. 255).

A análise empreendida toma, especificamente, como material de pesquisa os manuscritos dos *Grundrisse*. Recupera o autor que o próprio Marx (*apud* ALVES 2001, p. 257), numa carta endereçada a Engels, refere-se aos *Grundrisse* como “síntese de meus estudos econômicos”. Nesse sentido, para além das dificuldades inerentes à própria natureza da obra em estudo, elaborada por Marx de forma heurística e exploratória, Alves destaca que “nos *Grundrisse* assistimos a primeira configuração da crítica da economia política em seu desenho final”, na qual o esforço de Marx toma a direção de “indicar as determinações fundamentais que fizeram emergir a forma societária capitalista e a individualidade a ela correspondente” (ALVES, 2001, p. 258).

Portanto, segundo assevera o estudioso na contramão dos críticos de Marx, a questão da individualidade humana⁴ comparece no legado marxiano não só como um tema, “mas constitui-se numa categoria, *uma forma de existência* - para falar nos termos dos próprios *Grundrisse* - do ser social” (ALVES, 2001, p. 256, grifos do autor).

Marx, argumenta o autor, identifica um caráter comum na constituição do humano em todas as formações sociais anteriores ao capital: uma existência marcada pela mediação natural e total da comunidade. Nas palavras de Alves (2001, p. 266, grifos nossos):

Esta existência marcada pela mediação natural e total da comunidade é o signo universal, comum, que une ou permite reunir, para Marx, as diversas formas de comunidade, daquelas em suas versões mais distanciadas no tempo à feudal, passando pelos modos autocráticos do oriente, do mundo clássico greco-romano e das tribos germânicas. A este respeito, o que constituirá *o material de diversificação* entre elas situar-se-á exatamente no desenvolvimento ou não de uma formatação efetivamente social, mediada e impulsionada por um intercâmbio variado e crescente entre seus os membros. Neste sentido, é instrutivo o modo pertinente como Marx abarca cognitivamente a relação entre a universalidade da comunidade e a particularidade real e história da existência do intercâmbio, mais ou menos florescente, mais ou menos essencial ou acidental, indicando, sem fazer recurso de simplificação dos esquemas, *o nódulo essencial que as fez terem sido o que foram realmente e não mera repetição de substância*.

A moderna individualidade humana “caracterizada pelo *egoísmo racionalmente exercido*” é, portanto, “um modo historicamente produzido e determinado do ser dos

⁴ Alves (2001) indica o artigo de Fleury Teixeira “A individualidade humana na obra marxiana de 1843 a 1848”, aqui já revisado, sobre a categoria da individualidade em Marx no período de 1844-1848.

homens”, cuja gênese localiza-se no “processo de dissolução das antigas formas comunais” (ALVES, 2001, p. 259, grifos nossos).

A atividade entre indivíduos livres rompe os limites dados pela comunidade e as condições de produção destacam-se desse pressuposto caracterizando-se como elementos autônomos e independentes, todavia, em oposição aos próprios trabalhadores. Assiste-se, pois, a um “incremento da potência ativa dos indivíduos” (ALVES, 2001, p. 261), configurando-se a produção social como processo imanente à atividade dos indivíduos. Destarte, sobre a reconfiguração ontológica da sociabilidade moderna e a individualidade a ela correspondente, o autor sublinha: conforma-se uma individualidade cindida entre a ampliação das potências humanas e o esvaziamento da interatividade marcada pela indiferença, pelo exercício egoísta entre indivíduos.

A determinação distintiva da moderna sociedade do capital em face das demais formas sociais anteriores “é o fato de esta ser tomada e reproduzida como nexos exterior aos indivíduos, como instrumento de realização de uma outra finalidade que aquela dada pela manutenção da coesão societária” (ALVES, 2001, p. 269). Como decorrência, a realização individual ou a “produção de si de cada qual” é resultado não mais da subsunção à comunidade ou à existência comunal, uma vez que a relação do indivíduo com o todo social se efetiva como necessidade exterior motivada, primordialmente, pela realização de seus fins particulares.

Na organização societária do capital, a totalidade do conjunto social determinada pela troca recíproca de valores explícita que permanecem os nexos de dependência entre os indivíduos, só que uma dependência de um novo tipo, pois radicalmente distinta daquela da vida comunal - os indivíduos se afiguram, primeiramente, como sujeitos de troca. Nas palavras de Alves (2001, p. 271): “Os indivíduos então nada mais são que cambistas e a atividade enquanto tal deveio em produção de riqueza, produção para a troca”.

Em poucas palavras, trata-se da vigência do valor como princípio da sociabilidade do capital: “Isso significa em primeira e última instâncias que a totalidade da vida social se encontra determinada pela figura do valor e pela imposição da troca como modalidade geral da interação dos indivíduos /.../” (ALVES, 2001, p. 271).

Conjuga-se, portanto, nesse *modus* societário, a realização contraditória entre efetividade da diversidade de necessidade e riqueza da produção e a lógica da equivalência que cancela as diferenças entre homens e coisas como pressuposto de seu intercâmbio social;

O indivíduo é rebaixado a meio de valorização do capital. Nesse sentido, “/.../ o aspecto predominante ou mais geral do mundo do capital consiste precisamente na redução das individualidades a meros momentos do processo reprodutivo do capital” Alves (2001, p. 286),

Numa clara formulação do autor “O capital é assim definido por Marx como *não-ser do indivíduo*” (ALVES, 2001, p. 281, grifos do autor). A reprodução desse modo de produção se faz, como bem sublinha o estudioso marxista, num “/.../ circuito de retroalimentação ampliada deste processo de estranhamento, ato no qual e pelo qual se renova continuamente o *não-ser da individualidade, ou o seu ser pela negação de si /.../*” (ALVES, 2001, p. 281, grifos nossos).

Destarte os problemas e misérias engendrados pela atividade humano-social estranhada vigente no capital, essa forma social é portadora de uma dupla contradição real: o “máximo enriquecimento dos indivíduos”, enquanto elaboração da vida humana num patamar superior, mas também, igualmente, “máxima sujeição destes às suas próprias condições vitais, as quais os enfrentam como capital” (ALVES, 2001, p. 300).

A libertação das forças produtivas da sua determinação como capital constitui o pressuposto de uma individualidade efetivamente livre e universal. Adverte Alves e isto é importante, “Até que ponto esta nova configuração do ser social modificaria o recesso subjetivo dos indivíduos, sua afetividade ou disposição, é uma questão não respondida diretamente” (ALVES, 2001, p. 306). No entanto, não deixa de registrar que, em um contexto como tal, “as várias dimensões da vida social se veriam radicalmente alteradas” (ALVES, 2001, 307). Com o eixo da interação social saltando da competição para a cooperação, “/.../ certamente tender-se-ia à abolição de comportamentos atravessados e enviesados pelo egoísmo racional” (ALVES, 2001, p. 307).

Arrematando sua análise, o autor não deixa de enfatizar que “A efetividade de uma individualidade livre e humana, a partir de Marx, /.../ [é] colocada como possibilidade necessária ou necessidade possível” (ALVES, 2001, p. 307).

Revisada, em seus contornos gerais, a literatura marxista brasileira acerca da individualidade em Marx, é importante sublinhar a relevância dos estudos assentados na crítica ontológica, conquanto estes apontam, no legado marxiano, as determinações onto-históricas do movimento autoconstitutivo do tornar-se homem do homem, com destaque para o processo de determinação do universal sobre o singular: a substância da individualidade humana é resultado de um complexo processo de interações, determinações psicofísicas e sociais, tendo seu fundamento ontológico no

desenvolvimento do complexo social global, onde, com este, estabelece uma relação reflexivamente determinante, ou seja, tal desenvolvimento da totalidade social lança as bases imprescindíveis à elevação da individualidade a patamares superiores, ao mesmo tempo em que este movimento de complexificação da individualidade ao seu para-si é o fundamento último da existência da sociedade como um todo e uma exigência para a crescente complexidade ontológica do ser social.

Por outro lado, se tais estudos resgatam em Marx, com significativa riqueza de detalhes, o momento predominante da totalidade social em relação ao indivíduo, não o fazem, na mesma medida, sobre a determinação do singular sobre o universal.

Sem, de modo algum pôr em questão a predominância da totalidade na realização da individualidade humana, concebemos, pelo mesmo veio ontológico, que a busca de elementos significativos para o avanço da construção de uma teoria marxiana da individualidade, entendimento esse crucial para a compreensão do processo histórico social e, por conseguinte, do devir humano, requer a apreensão, na trilha aberta pelos estudos aqui revisados, das determinações dos atos singulares dos indivíduos sobre a totalidade social.

Referências

ALVES, Antônio J. L. *A individualidade moderna nos Grundrisse*. Dissertação de Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

_____. *A individualidade moderna nos Grundrisse*. In. *Ensaio Ad Hominem* - N.1. Tomo IV - Dossiê Marx. São Paulo: Estudos e Edições *Ad Hominem*, 2001.

ARCARY, Valério. Controvérsias marxistas sobre o papel do indivíduo na história. In. *Crítica Marxista*. N. 15. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

CHASIN, José. Posfácio. In. TEIXEIRA, Francisco José Soares. *Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital*. São Paulo: Ensaio, 1995.

DUARTE, Newton. A rendição pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade livre e universal. In. DUARTE, Newton (org.). *Crítica ao fetichismo da individualidade*. Campinas: Autores Associados, 2004a.

_____. Introdução (O bezerro de ouro, o fetichismo da mercadoria e o fetichismo da individualidade). In. DUARTE, Newton (org.). *Crítica ao fetichismo da individualidade*. Campinas: Autores Associados, 2004b.

_____. *A individualidade para-si: contribuições a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo*. Campinas: Autores Associados, 1993.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

PALANGANA, Isilda C. *Individualidade: afirmação e negação na sociedade capitalista*. São Paulo: EDUC/Plexus, 1998.

PALANGANA, Isilda. C.; INUMAR, L. Y. A individualidade no âmbito da Sociedade Industrial. *Revista Psicologia em Estudo*, Brasil, v. 6, n. 2, p. 21-28, 2001.

SILVEIRA, Paulo. Da alienação ao fetichismo – formas de subjetivação e de objetivação. In. SILVEIRA, P. & DORAY, B. (orgs.). *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. São Paulo: Edições Vértices, 1989.

SOBRAL, Fábio. *A concepção circular de homem em Marx: um estudo a partir dos Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844*. São Paulo: Editora Nojosa, 2005.

TEIXEIRA, Paulo T. F. *A individualidade humana na obra de juventude de Karl Marx*. Dissertação de Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais, 1993.

_____. A Individualidade humana na obra marxiana de 1843 a 1848. In. *Ensaio Ad Hominem - N.1. Tomo I - Marxismo*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.

TONET, Ivo. Pluralismo metodológico: um falso caminho. In. *Democracia ou liberdade?* Maceió: EDUFAL, 2004.

Recebido em 15 de fevereiro de 2013

Aprovado em 30 de abril de 2013